

Alterações ao Código do Imposto Industrial

A Lei nº 4/19, de 18 de Abril, aprova algumas alterações ao Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei nº 19/14, de 22 de Outubro.

Neste contexto, salientamos o seguinte:

- ❖ O exercício de profissão liberal no formato societário ou associativo passa a ser considerada uma actividade de natureza comercial ou industrial para efeitos do presente Código, pelo que o Imposto Industrial passa agora a incidir também sobre esta actividade.
- ❖ As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, relativas a elementos do activo e passivo imobilizado superiores a 7% ao ano, não são aceites fiscalmente como proveitos do exercício.
- ❖ Os juros de empréstimos ou de suprimentos são agora aceites como custo dedutível, devendo apenas ser acrescido ao lucro tributável a parcela que exceder a taxa média anual de referência dos juros estabelecidos pelo Banco Central.
- ❖ Os custos indevidamente documentados e os custos não documentados deixam de ser objecto de tributação autónoma.
- ❖ O Imposto Predial Urbano sobre o Património passa a ser aceite como custo fiscal.
- ❖ Os Contribuintes do Grupo B que apresentem as suas obrigações declarativas nos termos aplicáveis para os contribuintes do Grupo A passam a deduzir 10% das suas despesas administrativas relacionadas com a aquisição de aplicativo informático e respectivas licenças, contratação de contabilista, bem como outras despesas associadas, sendo que este benefício fiscal tem uma duração de três exercícios fiscais sucessivos, aplicando-se a partir do Exercício Fiscal de 2019.
- ❖ O imposto entregue em excesso nas liquidações provisórias das vendas de exercícios anteriores passa a poder ser deduzido, quer na liquidação provisória sobre as vendas, quer na liquidação definitiva do ano corrente, até ao limite do prazo de caducidade previsto no Código Geral Tributário (e.g. 5 anos).
- ❖ A liquidação referida *supra* pode agora incidir, a título facultativo, sobre o valor das vendas efectivamente recebido, devendo neste caso o contribuinte submeter os respectivos extractos bancários.

Amendments to the Corporate Income Tax Code

The Law no. 4/19, dated April 18th, 2019, approves a few amendments to the Corporate Income Tax, approved by Law no. 19/14, dated October 22nd, 2014.

In this context, we would like to highlight the following:

- ❖ The practice of self-employment activity under a company or association concept is now considered as a commercial and industrial activity for CIT Code purposes, which means that CIT now applies also to the same.
- ❖ Exchange rate gains and losses with regard to elements of the tangible assets higher than 7% per year, are not accepted as fiscal profit.
- ❖ Loans's interests are now accepted as fiscal cost, being added back to corporate income taxable basis the amount that surpass the Central Bank annual average rate.
- ❖ The expenses not duly supported and expenses not supported are no longer subject to autonomous taxation.
- ❖ Property Urban Tax on real estate is now accepted as fiscal cost.
- ❖ Taxpayers of Group B that comply with their declarative tax compliance obligations in the same manner applicable to Taxpayers of Group A, may now deduct 10% of its administrative expenses regarding the acquisition of software and respective licenses, accountant hiring expenses, as well as any other expenses associated. Nonetheless, this tax benefit has a timeframe of three successive fiscal years, starting on FY2019.
- ❖ The overpaid tax regarding Provisional Industrial Tax on Sales of previous years may now be deducted either on Provisional Industrial Tax on Sales, as well as on the CIT payment of current year, up to the time limit foreseen on General Tax Code (e.g. 5 fiscal years).
- ❖ The Provisional Industrial Tax on Sales may now, optionally, be calculated upon the sales effectively received and in this case the Taxpayers must submit to Tax Authorities the bank statements showing the respective amounts received.

- ❖ Os contribuintes que tenham apresentado prejuízo no exercício anterior estão dispensados da liquidação provisória sobre as vendas.
- ❖ Os contribuintes que se substituam na emissão de facturas aos respectivos fornecedores no regime de autofacturação, devem no momento do pagamento ao fornecedor pela aquisição de bens, efectuar a retenção na fonte de 2,4%.
- ❖ A multa por falta de apresentação, ou entrega fora de prazo da Modelo 1, também sofreu alterações, ficando agora os contribuintes do Grupo A e B, que apresentem a mesma, sujeitos a uma multa de 300.000,00 Akz por cada ano de incumprimento.

A presente Lei entrou em vigor na data da sua publicação, ou seja, aos **18 de Abril de 2019**.

Código do Imposto Especial sobre o Consumo

A Lei nº 8/19, de 24 de Abril, aprova o Código do Imposto Especial de Consumo, introduzindo um novo imposto sobre algumas categorias de produtos. Assim sendo, gostaríamos de destacar os seguintes aspectos:

- ❖ O Imposto Especial de Consumo (IEC) abrange os seguintes produtos:
 - ✓ Bebidas alcoólicas e bebidas adicionadas de açúcar;
 - ✓ Tabaco;
 - ✓ Fogo-de-artifício;
 - ✓ Artefactos de joalharia e de ourivesaria;
 - ✓ Aeronaves e as embarcações de recreio;
 - ✓ Armas de fogo;
 - ✓ Objectos de arte, de colecção e antiguidades;
 - ✓ Produtos derivados do petróleo;
- ❖ O IEC incide sobre os bens referidos *supra*, produzidos no território nacional, importados e introduzidos no consumo, ainda que provenientes de actividades ilícitas.
- ❖ São sujeitos passivos do IEC as pessoas singulares ou colectivas que:
 - ✓ Praticuem operações de produção;
 - ✓ Procedam a importação de bens;
 - ✓ Procedam a arrematação ou venda de bens em hasta pública;
 - ✓ Introduzam no consumo produtos sujeitos a IEC;
 - ✓ Se encontrem na posse de bens sujeitos a IEC, detidos para fins comerciais, que não tenham sido objecto de tributação.

- ❖ Taxpayers that had a fiscal loss on previous year are exempted paying Provisional Industrial Tax on Sales.
- ❖ Taxpayers that issue invoices in replacement of the respective suppliers, under Self-Billing concept should, at the moment of the payment, withhold 2,4% on the amount invoiced.
- ❖ Penalties for non-submission or late submission of CIT return (*Modelo 1*), have also changed, and now the Taxpayers of Group A and B that submit this tax return, are subject to a penalty of 300.000,00 Akz, per each fiscal year of non-compliance.

The Law at stake has entered into force on the date of its publication, e.g., **April 18th, 2019**.

Special Consumption Tax Code

The Law no. 8/19, dated April 24th, 2019, approves the Special Consumption Tax Code, introducing a new tax upon some categories of products. In this sense, we would like to underline the following:

- ❖ The following products are subject to Special Consumption Tax:
 - ✓ Alcoholic and added sugar beverages;
 - ✓ Tobacco;
 - ✓ Firework;
 - ✓ Jewellery products;
 - ✓ Aircrafts and recreational crafts;
 - ✓ Firearms;
 - ✓ Art objects, collection and antique products;
 - ✓ Oil derivatives;
- ❖ Special Consumption Tax is charged upon the goods above-mentioned, produced in national territory, imported and released for consumption, even if resulting from illegal activities.
- ❖ Are subject to the Special Consumption Tax the individual and collective taxable person that:
 - ✓ Perform production operations;
 - ✓ Perform Importation of goods;
 - ✓ Place bids or sell goods at public auctions;
 - ✓ Include in consumption goods subject to this tax;
 - ✓ Have goods held for commercial purposes, subject to this tax, that have not been taxed.

- ❖ O imposto constitui encargo dos adquirentes dos bens sujeitos a IEC.
- ❖ Estão isentos de IEC os bens exportados, quando a exportação seja feita pelo próprio produtor, os bens destinados a fins laboratoriais, os bens de uso pessoal, tal como definido na legislação aduaneira, entre outros.
- ❖ As taxas de imposto podem variar entre 2% e 19%, dependendo do produto em causa e encontram-se listadas nos Anexos I & II do Código em referência.
- ❖ A incidência de outros impostos indirectos, designadamente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado, sobre os bens sujeitos a IEC, não retira a obrigatoriedade de aplicação deste imposto sobre os mesmos.

A presente Lei entra em vigor aos **01 de Julho de 2019**.

Alterações ao Código do Imposto sobre os Rendimentos do trabalho

A Lei nº 9/19, de 24 de Abril, aprova algumas alterações ao Código do Imposto sobre os Rendimentos do trabalho, aprovado pela Lei nº 18/14, de 22 de Outubro.

Neste contexto, gostaríamos de salientar o seguinte:

- ❖ Passa a constituir também a base do imposto a distribuição de lucros a favor dos sócios das sociedades puramente civis, com ou sem forma comercial.
- ❖ As gratificações de fim de carreira devidas no âmbito da relação jurídico-laboral passam agora a constituir parte da matéria colectável do imposto.
- ❖ Os Subsídios diários de Alimentação e Transporte passaram a não estar sujeitos a impostos, cada um deles, até ao limite mensal de 30.000 Akz, num total por ambos de 60.000 Akz de limite mensal não sujeito.

A presente Lei entrou em vigor na data da sua publicação, ou seja, aos **24 de Abril de 2019**.

- ❖ This tax is considered a cost for those who acquire products subject to the Special Consumption Tax.
- ❖ Are exempt from this tax the goods exported, when the exportation is made by the own producer, the goods designed to be used for laboratory purposes, personal use goods, as defined on Customs Law, amongst others.
- ❖ Special Consumption Tax rates may vary between 2% and 19%, depending of the type of product at stake and are listed in Tables I & II attached to the Code in reference.
- ❖ Products that are already subject to indirect taxes, namely, Value Added Tax, may also be subject to Special Consumption Tax.

The Law at stake enters into force on the date **July 1st, 2019**.

Amendments to the Personal Income Tax Code

The Law no. 9/19, dated April 24th, 2019, approves some amendments to the Personal Income Tax Code, approved by Law no. 18/14, dated October 22th, 2019.

In this context, we would like to point out the following:

- ❖ The distribution of profits to shareholders of Companies, with or without commercial structure should now be considered as taxable basis.
- ❖ The gratuities related to career end, and due within a legal labor relationship, should also be considered as taxable basis.
- ❖ Daily Allowances of Food and Transport will not be subject to tax, each one of them, up to the monthly limit of 30.000 Akz, in a total amount for both of 60.000 Akz/monthly tax free.

The Law at stake has entered into force on the date of its publication, e.g., **April 24th, 2019**.
